



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

Contratação de empresa para prestar serviços de microchipagem, cadastro e esterilização cirúrgica de cães e gatos, incluindo a realização de exames laboratoriais préoperatórios, medicamentos e materiais utilizados durante os procedimentos cirúrgicos, bem como a medicação pré, trans e pós-cirúrgica a ser entregue aos tutores dos animais contemplados pelo **“Programa Vitória da Castração Animal”**, que tem por objetivo atender aos munícipes de Vitória – ES.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

## **1. RESUMO DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa para prestar serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, incluindo a realização de exames laboratoriais pré-operatórios, materiais utilizados durante os procedimentos cirúrgicos\*, bem como medicação, inclusive pós-cirúrgica aos animais contemplados pelo “**Programa Vitória da Castração Animal**”; aplicação do microchip, com a finalidade de registro e controle dos animais que participarão do programa, e realização do registro dos animais que forem submetidos às intervenções cirúrgicas, sendo obrigação da contratada a inclusão de sistema de dados que permita tal registro com as informações dos animais, quando da aquisição do serviço de microchip.

## **2. PREVISÃO DE ATENDIMENTO DENTRO DO CONTRATO:**

PLANILHA QUANTITATIVA			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE DO CONTRATO	UNIDADE DE MEDIDA
01	Aplicação de Microchip e registro do animal	3.000	UND
02	Exame pré-operatórios: Perfil simples canino (Hemograma, ALT, AST, Creatinina, Uréia e FA) para habilitação cirúrgica**	2.000	UND
03	Exame pré-operatórios: Perfil simples felino (Hemograma, ALT, AST, Creatinina, Uréia e FA) para habilitação cirúrgica**	1.300	UND
04	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie felina)	700	UND
05	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie canina até 15kg)	850	UND
06	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie canina acima de 15kg)	150	UND
07	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie felina)	500	UND
08	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie canina até 15kg)	700	UND
09	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie canina acima de 15kg)	100	UND
10	Medicação pós-cirúrgica	3.000	UND
<b>Total de 3.000 procedimentos de castração, microchipagem e registro.</b>			

\* Em todos os procedimentos listados acima devem ser considerados valores já contemplando todos os insumos necessários para execução dos serviços, tais quais, luvas, seringas, agulhas, aventais, anestésicos, etc.

\*\* Foi considerado um quantitativo de 10% a mais de exames pré-operatórios, visto que nem todos os animais submetidos aos exames terão condições clínicas de participarem dos procedimentos cirúrgicos, desta forma é necessário



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

### **3. JUSTIFICATIVA**

Considerando que a atual gestão tem um enorme desafio pela frente, em relação a situação do controle populacional de cães e gatos no município de Vitória, pois tem sido muito frequente os casos de abandono, maus tratos e até mesmo de abusos cometidos contra animais, mas em especial os domésticos ou domesticados. Os casos de situações de abandono são diários, ganham repercussão nas mídias sociais e constituem um problema crescente a cada dia dentro das cidades de um modo geral. É necessário esclarecer que as fêmeas de cães e gatos são animais pluríparos, de gestação curta (**apenas 60 dias**), ninhadas numerosas (**entre 4 a 15 filhotes**), e de rápido amadurecimento sexual, sendo assim, **cães e gatos têm alto potencial reprodutivo, podendo ter um aumento populacional rápido**, criando um descontrole da população canina e felina e motivando a maioria dos casos de abandono.

Vale ressaltar que a superpopulação de cães e gatos nas cidades configura-se em um **problema de saúde pública**, e que o Poder Público deve atuar o quanto antes e da forma mais efetiva possível para resolver a problemática, visto que diversos **estudos apontam para a necessidade de realizar o controle populacional de pelo menos 80% dos animais de uma determinada região e da necessidade de vencer a velocidade reprodutiva**. A omissão diante do descontrole populacional destes seres sencientes, podem gerar danos irreparáveis não apenas do ponto de vista ambiental ou social quando consideramos a obrigatoriedade que o município tem de zelar pelo bem-estar dos animais, mas também pelo desgaste da imagem da atual gestão, visto que existem diversos grupos organizados dentro da sociedade civil, que atuam na “Causa Animal” tentando há anos resolver o problema, mas apesar de toda empatia dos apaixonados pelos animais a falta de estrutura e recursos se impõe de forma feroz.

Muitos dos “Protetores independentes” e das ONG’s, enfrentam situações cotidianas que levam a um enorme desgaste psicológico, emocional e principalmente financeiro, pois a realidade de abandono, descaso e maus tratos, somado com a falta de estrutura e recursos necessários para acolhimento de uma população crescente de animais geram revolta e discursos inflamados contra os Poder Público nas mídias e nas redes sociais. A atuação conjunta para solucionar o problema se faz necessária para evitar que a omissão da municipalidade continue a expor os animais e os próprios seres humanos a riscos como a possibilidade de transmissão de zoonoses, agressões às pessoas e/ou animais, ou ainda a contaminação ambiental por dejetos e dispersão de lixo.

O Município de Vitória, assim como outros da Grande Vitória e do Brasil, enfrenta o problema de superpopulação de animais, com base nos dados obtidos a partir da página do IBGE, que estimou em 2020, uma população de 365.855 habitantes para o município de Vitória, é possível calcular que cerca de 52.265 animais, viviam à época na Capital. Conforme metodologia da Organização Mundial de Saúde (OMS), para conhecer o tamanho da população de cães de uma determinada cidade, estima-se, em países emergentes, a proporção média de cão/ser humano de 1:7 a 1:10 (WHO, 1990).

Cabe ainda destacar que 20% dos animais estimados pela OMS, não possuem proprietário, ou seja, vivem soltos em vias públicas, o que equivale a quantia estimada de **10.453 animais que não tem domicílio**, e que além de necessitarem de cuidados básicos como alimentação, ou mesmo atendimento veterinário, em algum momento podem apresentar riscos à saúde humana, se considerarmos que pela falta de alimentos estes reviram lixo em busca de alimentos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

correndo risco de se contaminarem, ou apenas **pelo fato de viverem pelas ruas sem cuidados ou vacinação, poderão adquirir algum tipo de zoonose transmissível aos humanos**, o que afetaria diretamente a população da Grande Vitória.

Observando que o controle populacional é função de saúde pública atribuída aos municípios, sendo inclusive regulamentada pela **Lei Orgânica do Município de Vitória Nº 7.910/2010, artigo 1º**, e que a prática da captura e morte sistemática e indiscriminada de cães, em nome do controle de zoonoses e da redução do seu excesso numérico, se iniciou com o intuito de afastar a raiva. Ao longo do tempo, revelou se totalmente ineficaz para os propósitos de controle da doença e da população animal, além disso, é uma prática que vai contra os princípios éticos e morais da Medicina Veterinária e da sociedade como um todo, onde é crescente o número de pessoas que se preocupam com o bem-estar animal, e abraçam a “causa animal”.

A implantação de um programa de controle da população animal, além da alocação de recursos financeiros, técnicos e humanos, exige planejamento que englobe diagnóstico, ações preventivas, controle, monitoramento, avaliação e dedicação permanente, sendo **ESTRATÉGIA IMPORTANTE** para subsidiar o planejamento das políticas de saúde pública a implementação de um programa de registro e identificação de animais com a finalidade de formar um sistema de informação com dados que relacionem os proprietários aos seus animais. Deste modo, **o registro e a identificação são instrumentos de responsabilização do proprietário, fomentam a cultura de propriedade, posse ou guarda responsável e possibilitam conhecer e dimensionar as populações de cães e gatos.** Além disso, o registro e a identificação de animais são de responsabilidade das administrações municipais (**Portaria nº. 1.172/2004, Ministério da Saúde, artigo 3º, inciso X**).

Muitos dos animais que vivem pelas ruas são **animais semi-domiciliados**, ou seja, que são liberados por seus “proprietários” devido a hábitos inadequados de guarda e manutenção dos animais domésticos para “darem uma voltinha”, e permanecem nas ruas por todo o dia expostos a riscos, bem como expondo a própria população. Geralmente os animais em um período de cio, por exemplo, apresentam diversas alterações de humor e comportamento, onde os machos apresentaram maior agressividade, brigas, risco de agressão, além de perseguição da fêmea, podendo ocasionar em atropelamentos ou acidentes de trânsito, acúmulo de dejetos, mordedura, agressões a motoqueiros e transeuntes, que segundo dados coletados através do Centro de Vigilância e Saúde Ambiental deste Município, apenas no ano de 2020 foram **1471 casos de animais agressores**, dos quais em **603 animais** não foi possível acompanhar a evolução do animal e constatar a possibilidade de algum tipo de zoonose, principalmente por se tratar de animais sem domicílio ou semi-domiciliados, sendo estes animais justamente os que estão expostos e também os que expõe diretamente aos riscos à saúde humana, **observando que trata-se de um percentual considerável, ou seja, 41% dos animais agressores não puderam ser acompanhados, o que poderia impactar a saúde humana de pelo menos 603 pessoas, apenas tendo como referência o ano de 2020.**

Observa-se que os animais abandonados e/ou criados nas ruas podem causar incômodos variados, como citado anteriormente, além é claro da procriação descontrolada que é um indicativo quanto a deterioração da qualidade de vida ocorrida em certas comunidades humanas onde ocorre o aumento da população animal, sobretudo cães e gatos, retornando ao abandono, ou seja, trata-se de um interminável ciclo. O descontrole populacional é algo que



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

representa um problema nos centros urbanos, com a base fundamental de que não existe apenas o sofrimento animal neste cenário, mas também diversas questões sociais que necessitam de avaliação.

O animal submetido ao abandono tem suas defesas imunológicas diminuídas devido à fome, tristeza e stress tornando-se vítimas de inúmeras doenças que podem ser transmitidas tanto para outros animais quanto para o homem. Além disso, tornam-se alvos fáceis para a prática de abusos e maus-tratos, sendo impositivo ao Poder Público pela própria **Constituição Federal, em seu artigo 23, inciso VI e VII**, como competência comum à União, aos Estados e ao Município a obrigatoriedade de proteger o meio ambiente e preservar as florestas, a fauna e a flora; aduz ainda em seu **artigo 225, §1º, incisos VI e VII** a imposição ao Poder Público e à coletividade, da obrigatoriedade de defender e preservar o meio ambiente, onde incumbe ao Poder Público para assegurar efetividade desse direito promover educação ambiental, conscientização pública e proteção da fauna e flora, **sendo vedadas as práticas que submetam os animais a crueldade**, mesmo que sejam com finalidade de preservação da saúde humana.

Ressaltando que esta prefeitura disponibiliza de um canal de ouvidoria (156), onde diariamente são registradas denúncias de situações de maus tratos e abandono de animais, sejam estes cães ou gatos. Um dos indicativos que mais chama a atenção é o quantitativo observado em relatório do sic de **998 chamados registrados, onde verificamos um percentual de 42% destes são pedidos de castração que totalizam 427 chamados exclusivamente para solicitar a castração**, inclusive que são motivadas pelo conhecimento da população a respeito da **lei municipal 8.121/2011**, que dispõe sobre guarda responsável de animais domésticos, e tem sido trabalhada por este município em campanhas educativas, mas que determina em seu artigo 23 que o controle populacional deve ser realizado pelo Poder Público.

Insta mencionar que é definitivamente necessário o estabelecimento de estratégias preventivas, **recomendadas pela Organização Mundial de Saúde**, para controle e assistência da fauna urbana, pois o método de capturar e matar cães, de forma sistemática e indiscriminada, já se mostrou ineficiente, capaz de gerar estresse ao trabalhador, impactos ao meio ambiente, além de infinitos conflitos com a sociedade, também não se justificando do ponto de vista ético. Por questões de bem-estar humano e animal, urgente se faz a necessidade do desenvolvimento de estratégias eficientes e humanitárias para o controle da população de animais urbanos e a assistência médica veterinária para os mesmos, salientando que há a necessidade de demais ações que estimulem a população à prática de adoção de animais de instituições e ONG's, bem como o fortalecimento de ações já realizadas através dos projetos da educação ambiental, e considerando ainda que estas instituições, ONG's e protetores voluntários necessitam com urgência de apoio do Poder Público, principalmente tocante ao **CONTROLE POPULACIONAL EFICIENTE**, afinal muitos destes, por se importarem e cuidarem dos animais, sacrificam-se psicologicamente, financeiramente, em diversos fatores sociais, e clamam em meios de comunicação e redes sociais por ações imediatas, onde a esterilização cirúrgica se mostra como parte de um conjunto de ações de fato eficazes e necessárias para solucionar o problema do descontrole populacional, da propagação de doenças e possíveis epidemias disseminadas por zoonoses.

Estudos comprovam que o controle reprodutivo através da esterilização cirúrgica dos animais, é uma medida eficaz, pois atua diretamente no problema evitando ninhadas indesejadas, além



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

de também se mostrar eficaz na diminuição futura dos índices de abandono de animais, devido a crias indesejadas. Com a esterilização cirúrgica, no caso das fêmeas há o desaparecimento do comportamento de cio, consequentemente da agressividade típica dos instintos do animal neste período, diminuição de fugas de machos e fêmeas no cio, bem como as disputas e agressões entre os machos pelas mesmas fêmeas são reduzidas, a redução do número de animais atropelados e de pessoas atacadas por eles com o perigo de contrair alguma zoonose são benefícios consideráveis. **A redução da população de cães e gatos errantes promove uma melhoria na saúde pública e no meio ambiente, com menos animais nas ruas, os índices de captura futuras serão reduzidos**, assim como haverá um decréscimo do número de animais sacrificados nas ruas.

Conforme disposto na **Lei Federal Nº 13.426/2017, em seu artigo 1º “O controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta Lei, mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal”**. Cães e gatos são animais sencientes, portadores de interesses, capazes de experimentar dor e sofrer física e mentalmente. Transformados pelo homem, em sua natureza primitiva, tornados domésticos e dependentes dos cuidados humanos, por isso é dever de todos protegê-los, atender às suas necessidades básicas e considerar seus interesses em manterem-se vivos e livre de sofrimentos e abandono, conforme infere-se do **artigo 225, §1º, inciso VII da Constituição Federal**.

Isto posto, e, mediante a constatação da situação de emergência na resolução de tal problemática, e visto que, são inúmeras as denúncias recebidas por esta Gerência de Bem Estar Animal de situações de abandono de animais, que possivelmente gerarão conflitos sociais, cuidados médicos aos munícipes vítimas de possíveis agressões, e devendo ainda se considerar que apesar do respeito que esta gestão tem à vida e às leis, **sendo a primeira gestão deste município a realmente se comprometer com políticas públicas eficazes** voltadas à “causa animal”, não há estrutura capaz de atuar no atendimento de tantos casos de abandono e maus tratos se analisarmos pelo ótica do bem-estar animal.

Assim, a estratégia mais plausível e inteligente seria atuar principalmente na realização de **ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA PERMANENTE DE CÃES E GATOS** com a finalidade de controle populacional e epidemiológico principalmente nas localidades ou regiões com necessidades de atendimento prioritário ou emergencial. No tocante ao atendimento prioritário, este deve ser aplicado aos animais pertencentes ou localizados nas comunidades de baixa renda, objetivando assim a redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive dos animais não domiciliados. Insta salientar que grande parte da população tem enfrentado inúmeras dificuldades diante da atual situação de pandemia, e que a procriação de seus animais de estimação só acentua ainda mais as dificuldades já existentes nas comunidades de baixa renda e de maior vulnerabilidade/necessidade.

Devemos considerar ainda que um dos princípios basilares do nosso ordenamento jurídico trata da isonomia, e que existe a necessidade de lançarmos mão deste princípio sempre que necessário para promover igualdade e justiça social, assim, devemos considerar que neste primeiro momento o **“Programa Vitória da Castração Animal”**, deverá contemplar munícipes dentro dos seguintes critérios: famílias que tenham renda de até três (3) salários mínimo, e/ou protetores que residam dentro dos limites do município de Vitória e que possuam sob sua responsabilidade um mínimo de sete (7) animais, sejam estes cães ou gatos. Devendo





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

considerar ainda que os protetores e munícipes deverão realizar o cadastro através do portal de bem-estar animal da Prefeitura de Vitória.

Importante ressaltar a **necessidade e obrigatoriedade da aplicação do microchip, com a finalidade de registro e controle dos animais que participarão do programa**, para já na oportunidade das intervenções cirúrgicas, realizar o registro destes animais objetivando o início do sistema de dados para acompanhamento e maior controle populacional, haja vista que, em caso de fuga ou abandono destes animais será possível identificar o tutor responsável e aplicar a sanção cabível, considerando que abandono é crime previsto na legislação federal **Nº 9.605/98 de crimes ambientais**.

A meta a ser perseguida pela atual gestão de atendimento à demanda dentro do “**Programa Vitória da Castração Animal**” pode ser verificada na tabela abaixo, considerando a utilização da estrutura já estabelecida, ou seja, o Centro de Vigilância e Saúde Ambiental, que tem capacidade para realizar até quatro (04) castrações diárias, segundo informações do próprio Centro de Vigilância em Saúde Ambiental, porém **ao longo do ano de 2020 realizou apenas 40 castrações**, considerando que este atuaria no atendimento direto de animais que se enquadrem dentro dos critérios de risco a saúde humana, visto que não é competência deste atuar visando o bem-estar dos animais. A contratação deste serviço se justifica pela necessidade urgente de intervir principalmente em áreas de maior vulnerabilidade social, visto que, é uma demanda que se multiplica diariamente, considerando a velocidade reprodutiva que necessita ser vencida, e a urgência em frear não apenas essa velocidade reprodutiva, mas também os demais problemas que acompanham este crescimento, atuando de forma **PERMANENTE NO CONTROLE POPULACIONAL**.

### 3.1. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE LICITATÓRIA – CREDENCIAMENTO

O presente programa objeto de contratação pretende credenciar hospitais veterinários ou clínicas veterinárias que estejam aptas a realizar os procedimentos objetos do presente contrato que visa implementar o “Programa Vitória da Castração Animal”.

De plano, importa esclarecer que, o legislador municipal definiu que o escopo do “pregão” seria a seleção de objetos caracterizados como “bens e serviços comuns”, assim os definidos no artigo 1º da Lei Municipal nº 10.520/2002: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

Ainda na ótica municipal, o Decreto nº 16.700/2016, dispõe em seu art. 2º, parágrafo primeiro que

*Na defesa do interesse público, respeitadas as características do objeto, desde que devidamente motivado nos autos do respectivo processo, bem como no Termo de Referência, caberá a Autoridade da Unidade Gestora autorizar a utilização de outra modalidade licitatória.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

Inferese, pois, dos citados regramentos acima, que a Administração se utiliza do instituto da licitação para escolher a proposta mais vantajosa ao interesse público, efetivando, por conseguinte, os Princípios da Impessoalidade e da Isonomia, ao assegurar a igualdade de participação dos interessados em contratar com o Poder Público.

A própria lei federal disciplinadora, no entanto, preconiza situações excepcionais de contratação direta. No caso em tela, requer evidenciar esta justificativa que se vislumbra a possibilidade de contratação direta por meio de edital de credenciamento, hipótese de inviabilidade de competição decorrente da possibilidade de a Administração contratar pessoas físicas ou jurídicas de um determinado setor em igualdade de condições.

Embora a lei não preveja expressamente o instituto, a Doutrina e a Jurisprudência já se manifestaram, de forma convergente, sobre esse entendimento, no sentido de que ele é possível, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n.º 8.666/93, cujo teor se transcreve abaixo:

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)*

*Ad argumentandum tantum*, destacamos que os serviços da presente contratação estão definidos com clareza e objetividade as atividades e serviços que deverão ser desenvolvidos durante a execução do futuro contrato, bem como as especificações, orientações, metodologias de execução e padrões de desempenho que deverão ser estritamente observados.

Conforme se depreende, para a melhor execução da política permanente de controle populacional de cães e gatos é preciso que na maior parte do Município haja clínicas com a possibilidade de realizar os procedimentos de esterilização e demais procedimentos de registro. Uma vez que assim, mais próximo das casas das pessoas, há maior probabilidade de que o munícipe tenha condições de levar seu animal, sem necessidade de transporte para longas distâncias, que deveria ser adaptado especificamente para este fim.

Outrossim, dado o volume de castrações que se pretende realizar, *in casu*, cerca de três mil, quanto mais estabelecimentos estejam habilitados, mais castrações podem ocorrer de forma simultânea, sem ocorrer o prejuízo de paralisação, conforme necessidade, por exemplo, de estilização de material e troca de equipe. Cada estabelecimento credenciado, pois, realiza o procedimento conforme sua capacidade e, por óbvio, de acordo com a necessidade exposta pela Administração Pública.

Na mesma toada, a abertura para a habilitação ao credenciamento de clínicas veterinárias e/ou hospitais veterinários para os municípios limítrofes com o Município de Vitória, permite o maior atendimento simultâneo, bem como a redução dos custos para a Fazenda Municipal, visto aumentar a amplitude de possíveis concorrentes. De mais a mais, a possibilidade de regiões periféricas estarem mais próximas de estabelecimentos de outros Municípios que da própria cidade, permitindo maior diversidade na escolha do local a ser prestado o serviço.

Ademais, esta metodologia de execução para contratos de esterilização de animais domésticos é reconhecida e aceita como habitual pelos profissionais da área e adotada por diversas prefeituras no Brasil. Vejamos, por exemplo, o Edital de Credenciamento nº 01/2018/COVISASMS, da Prefeitura de São Paulo:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

*A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, da COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA) e da COORDENADORIA DE SAÚDE E PROTEÇÃO AO ANIMAL DOMÉSTICO (COSAP), em cumprimento ao disposto no inciso IV, art. 38; item c, inciso I, art. 41 e inciso III, art. 47 de Decreto nº 57.857 e alterações, de 5 de setembro de 2017, torna público que realizará, no dia 12 DE MARÇO DE 2020, o processo de CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS VETERINÁRIOS localizados no município de São Paulo, com base no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, para os interessados em participar do Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos do Município de São Paulo.*

Em tempo, vale expor, pouco mais, sobre a viabilidade da aplicação do art. 25 da Lei Federal 8.666/1993. Até pouco tempo tinha-se a ideia de que a “inviabilidade de competição” se configurava apenas quando o objeto ou serviço pretendido só pudesse ser fornecido ou prestado por pessoa única, ou seja, quando apenas um determinado fornecedor, tido como exclusivo, pudesse satisfazer os interesses da Administração.

Obviamente tal conclusão não é equivocada, pois é o que expressamente dispõe o inciso I do art. 25 da Lei 8666/93. Entretanto, sugerir que essa é a única interpretação do dispositivo em análise é uma tese ultrapassada. Nesta esteira, vejamos os ensinamentos de Jorge Ulisses Jacoby (Coleção de Direito Público. 2008. pg 538):

*Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada a contratação.*

Parece claro que, se a Administração convoca profissionais dispondo-se a contratar todos os interessados que preencham os requisitos por ela exigidos, e por um preço previamente definido no próprio ato do chamamento, também estamos diante de um caso de inexigibilidade, pois, de igual forma, não haverá competição entre os interessados. Esse método de inexigibilidade para a contratação de todos é o que a doutrina denomina de Credenciamento.

A interpretação da expressão “inviabilidade de competição”, conforme suscitado, deve ser mais ampla do que a mera ideia de fornecedor exclusivo. Neste contexto, pode-se dizer que a inviabilidade de competição, além da contratação de fornecedor único prevista no inciso I, e, obviamente, além dos casos inseridos nos incisos II e III, pode se dar por contratação de todos, ou seja, nesta hipótese, a inviabilidade de competição não está presente porque existe apenas um fornecedor, mas sim, porque existem vários prestadores do serviço e todos serão contratados.

Por todo o exposto, com amparo dos preceitos legais e dos precedentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, vimos satisfeitos os requisitos para a adoção da modalidade de credenciamento para este contrato. De forma que, possa ser mapeado o preço a ser pago pelo Município e seja após lançado edital de credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

#### **4. DO OBJETO DO CONTRATO**

##### **4.1 – Descrição dos serviços a serem contratados**

**4.1.1.** Realizar cadastro de empresas atuante no ramo de medicina veterinária capacitada para realizar os serviços de:

- a) Esterilização cirúrgica (ovariosalpingohisterectomia e orquiectomia) de cães e gatos, incluindo a realização de exames laboratoriais pré-operatórios, materiais utilizados durante os procedimentos cirúrgicos, bem como a medicação pós-cirúrgica aos animais contemplados pelo **“Programa Vitória da Castração Animal”**;
- b) Aplicação de microchip, com a finalidade de registro e controle dos animais que participarão do programa, e realização do registro dos animais submetidos às intervenções cirúrgicas, sendo obrigação da contratada a inclusão de sistema de dados que permita tal registro, quando da aquisição do serviço de microchip.

**4.1.2.** A empresa contratada deverá observar as Resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 962/2010 e nº 1.275/2019 para a realização dos procedimentos de esterilização cirúrgica de cães e gatos.

##### **4.2 – Dos procedimentos específicos**

**4.2.1.** Realizar a esterilização cirúrgica permanente de cães e gatos com a remoção cirúrgica completa dos ovários e útero nas fêmeas e dos testículos e epidídimo nos machos.

**4.2.1.1** A realização da esterilização cirúrgica com a finalidade de controle populacional e epidemiológico principalmente nas localidades ou regiões com necessidades de atendimento prioritário ou emergencial, devendo o tratamento ser priorizado aos animais pertencentes ou localizados em áreas de interesse social, nas comunidades de baixa renda, objetivando, assim, a redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive dos animais não domiciliados nas áreas de maior vulnerabilidade e necessidade, dentro dos limites do município de Vitória.

**4.2.2.** Estabelecer e cumprir cronograma de atendimento dentro **“Programa Vitória da Castração Animal”**, com a finalidade de contemplar munícipes mediante os seguintes critérios:

- a) **Munícipe:** munícipe pessoa natural que possua até seis (6) animais sob sua tutela;
- b) **Protetor independente:** munícipe pessoa natural que possui sob sua responsabilidade um mínimo de sete (7) animais sob sua tutela, comprovadamente como responsável pelos mesmos, mediante cadastro como Protetor Independente, com endereço estabelecido no Município de Vitória;
- c) **Munícipe em situação de vulnerabilidade social:** munícipe pessoa natural representante de família que tenha cadastro no CadÚnico ou que comprove renda



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

familiar bruta mensal de até três (3) salários mínimos ou que seja residente em área de interesse social previamente estabelecida pelo programa e que possua até seis (6) animais sob sua tutela;

- d) **ONG:** pessoa jurídica devidamente registrada que tem como objeto de atuação a proteção e o bem-estar animal, independente de número de animais sob sua tutela, com comprovada atuação no Município de Vitória;

**4.2.2.1.** Só serão contemplados os que realizarem o cadastro através do Portal de Bem-Estar Animal da Prefeitura de Vitória ou outro semelhante, mediante comprovação de residência no Município de Vitória.

**4.2.3.** Aplicar microchip de identificação, com registro e controle dos animais que participarão do programa, e realizar o registro desses animais na oportunidade das intervenções cirúrgicas.

**4.2.4.** Realizar **triagem** dos animais alvos do programa para esterilização de cães e gatos, levando em consideração os resultados da análise clínica ou, quando estritamente necessário, dos resultados dos exames laboratoriais pré-operatórios, verificando se estão aptos, sob a ótica da saúde animal, para realizar o procedimento de esterilização cirúrgica.

**4.2.4.1.** O médico veterinário fará avaliação clínica para habilitar o animal ao procedimento cirúrgico, em caso de dúvida razoável após avaliação clínica e sendo verificada a necessidade de realização de exame laboratorial, deverá notificar o Município previamente para que possa avaliar e autorizar, conforme necessidade e disponibilidade.

**4.2.5.** Medicação dos animais para que possam ser submetidos ao procedimento cirúrgico de forma digna, conforme preconiza a Resolução Nº 962/2010, em seu artigo 1º, que os procedimentos de esterilização cirúrgica sejam realizados com o animal em plano anestésico através de medicações anestésicas apropriadas e com grau de eficiência, segurança e bemestar, visando analgesia dos animais submetidos, bem como disponibilizar medicação pós-cirúrgica quando da entrega do animal de volta ao tutor responsável.

## **5. DO PROCEDIMENTO**

5.1. Após a publicação do Edital na imprensa oficial, os interessados encaminharão os documentos exigidos neste instrumento para habilitação, até a data e horário estabelecidos no Edital, por um período de aproximadamente 15 dias, para fins de participação da primeira fase deste Credenciamento, mediante documento formalizado e protocolado no Protocolo Virtual da Prefeitura Municipal de Vitória, através do site [protocolo.vitoria.es.gov.br](http://protocolo.vitoria.es.gov.br), contendo toda a documentação exigida neste Edital.

5.1.1. Os proponentes, poderão, ainda, entregar à Comissão Permanente de Licitação, o envelope devidamente lacrado, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, no endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927 – 2º piso – Bloco “B”, Bento Ferreira – Vitória / ES – CEP. 29050-945.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

5.2. Não atingindo o quantitativo total a ser credenciado, na primeira fase deste credenciamento, o prazo para adesão ao Credenciamento poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o preenchimento do quantitativo previsto neste Edital.

5.3. Caso a demanda dos serviços ultrapasse o quantitativo estimado previsto neste Credenciamento, será reaberto o prazo para adesão dos novos serviços não credenciados anteriormente.

5.4. Aos credenciados na primeira fase deste Credenciamento será assegurada a preferência à contratação, com fulcro no art. 25, “caput” da Lei 8.666/93 e suas alterações, cujo Contrato de prestação de serviço vigorará pelo período de 12 (doze) meses subsequentes à sua assinatura.

5.5. Durante a vigência deste Credenciamento, quaisquer interessados poderão, a qualquer tempo e desde que atendidos os requisitos deste Edital, pleitear sua inclusão no rol de prestadores de serviço.

5.6. A inclusão de novos credenciados no referido rol de prestadores de serviços somente lhes possibilitará contratar com o Município num período subsequente ao da vigência dos Contratos firmados com os credenciados que participaram da primeira fase do Credenciamento.

5.7. Após recebimento do processo protocolizado pelos interessados ou da documentação física entregue, a SEGES/CPL os encaminhará à SEMMAM para análise técnica e decisão quanto à Habilitação ou não do solicitante, conforme exigências contidas neste Edital.

5.8. A SEMMAM emitirá parecer quanto à solicitação de credenciamento pelos solicitantes e após retornará os processos à SEGES/CPL com a decisão proferida.

5.9. Serão declarados habilitados os participantes que atenderem, na íntegra, a todas as exigências deste Edital.

5.10. Os quantitativos serão distribuídos igualitariamente entre os interessados, respeitando os quantitativos informados no Requerimento de Credenciamento.

5.11. A SEGES/CPL receberá os referidos processos e publicará o resultado com os nomes dos Credenciados.

5.12. Não será credenciado o proponente que deixar de apresentar a documentação/informações solicitadas, apresentá-las incompletas ou em desacordo com as disposições deste Edital.

5.13. Após a habilitação e homologação, o Credenciado será convocado pela Administração, por escrito, para a assinatura do Termo de Adesão ao Credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação.

## **6. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. Somente participarão da distribuição dos serviços, as empresas previamente credenciadas na primeira fase ou nas fases subsequentes necessárias até o preenchimento do quantitativo previsto neste Edital.

6.2. A quantidade de serviços a serem realizados será definida de acordo com a demanda e o número de empresas credenciadas, observada a capacidade instalada de cada prestador.

6.3. Os serviços serão distribuídos de maneira proporcional a quantidade credenciada por cada empresa.

6.4. A recusa formal da prestação do serviço, por parte da credenciada, justificada ou não, bem como a ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido pela Administração implica em repasse para a próxima empresa, seguindo a ordem sequencial, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

6.5. A Administração não estará obrigada a convocar os credenciados, podendo fazê-lo conforme o seu interesse e necessidade.

6.6. A credenciada deverá estar disponível para a prestação dos serviços a partir do **vigésimo dia** após o recebimento da Ordem de Serviços (OS).

## **7.DA EXECUÇÃO DOS SERVICOS**

7.1. O início da execução dos SERVIÇOS deverá ocorrer em até **05 (cinco)** dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço (OS).

7.2. Os serviços ocorrerão nas dependências do Credenciado, devendo este dispor de local adequado para a prestação dos serviços no Município de Vitória ou em seus limítrofes, quais sejam: Vila Velha, Serra ou Cariacica.

7.3. No caso de a empresa não possuir, no momento da apresentação da documentação de habilitação, o local da prestação de serviços situado nos referidos Municípios, a proponente deverá providenciar a estrutura física, em um prazo de **20 (vinte)** dias consecutivos, a contar da data de assinatura do Termo de Adesão ao Credenciamento, apresentando o Alvará de Vigilância Sanitário do local e demais documentos exigidos neste Edital.

7.4. O prazo de recebimento das solicitações dos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas contadas da convocação.

7.5. A prestação do serviço deverá ser iniciada no dia útil subsequente ao recebimento da solicitação dos serviços.

7.6. Independentemente do número de castrações contidas na solicitação de serviço, o prazo para a realização do serviço pela empresa credenciada será de até **30 (trinta)** dias úteis.

7.6.1. As solicitações de serviço serão encaminhadas mensalmente, conforme item 4.2.2.

7.7. A cirurgia de castração deverá ser realizada em período não superior a **24 horas** após a internação, devolvendo o animal ao tutor/guardião em perfeitas condições de saúde.

### **7.7. Dos Requisitos mínimos requeridos e obrigatórios para esterilização cirúrgica permanente de cães e gatos (controle populacional)**

7.7.1. A realização dos procedimentos pré, trans e pós-operatórios devem zelar pelo bem-estar animal, nunca colocando em risco a vida e tendo importância secundária o número de intervenções por fase do procedimento.

7.7.2. Os procedimentos de contracepção em cães e gatos devem ocorrer em ambiente cirúrgico fechado, restrito, de tamanho e com equipe compatível com o número e fluxo de animais a serem atendidos por fase do procedimento, de acordo com a Resolução CFMV N° 1275/2019, e outras que a alterem ou substituam.

### **7.8. Processo De Educação em Saúde e Mobilização Social**

7.8.1. A educação tem papel fundamental para a disseminação de conceitos, desta forma a **Gerência de Educação Ambiental**, por ter os atributos necessários, contribuirá conjuntamente como agente educador, dando importância especial ao conceito de responsabilidade e do



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

envolvimento da comunidade com os problemas de posse responsável, saúde pública e controle populacional dos animais. O contratado atuará, portanto, em conjunto com a **Gerência de Bem-Estar Animal** para enfrentar a problemática.

7.8.2. Dessa forma, serão realizadas atividades educacionais com a presença de um Médico Veterinário para sanar possíveis dúvidas e dar orientações, antes do procedimento cirúrgico com os responsáveis e tutores dos animais visando abordar as seguintes temáticas:

- Posse e guarda responsável;
- Informações sobre o processo de esterilização de cães e gatos;
- Saúde pública com ênfase em controle de zoonoses;
- A importância da adoção de cães e gatos;
- Defesa, Proteção e Bem-estar animal.

Poderão ser feitas também, no âmbito do “**Programa Vitória da Castração Animal**”, atividades educacionais voltadas ao incentivo da população para adoção e guarda responsável daqueles animais errantes que já possuem algum vínculo com moradores da comunidade, além de demais ações, inclusive nas escolas de ensino básico, onde será abordado o tema sobre guarda responsável dos animais, conscientizando estes a assumirem a responsabilidade pela posse deste animal, assim como os cuidados no pós-operatório do processo de esterilização.

## 7.9. Processo de Cadastramento e Agendamento

7.9.1. A **Gerência de Bem-Estar Animal** ficará responsável pelo cadastramento dos proprietários de animais que demonstrarem interesse em submeter seu (s) animal (is) ao processo de esterilização cirúrgica. Sendo assim, alguns cuidados e critérios devem ser considerados a fim de que o “**Programa Vitória da Castração Animal**” possa assumir uma postura ética e justificar o seu caráter seletivo.

7.9.2. O cadastramento será realizado através do Portal de Bem-Estar Animal da Prefeitura de Vitória ou outro semelhante, mediante comprovação de residência no Município de Vitória, através de preenchimento de **cadastro na Rede de Proteção Animal**.

7.9.3. O tutor do animal deverá informar o interesse de realizar o procedimento, bem como fornecer os dados dos animais como espécie, raça, sexo, idade, porte, peso, cor, nome, que estão sob sua guarda, sendo imprescindíveis seus dados pessoais.

7.9.4. Os critérios de seleção de proprietários e de seus animais levará em consideração, entre outros, as seguintes prioridades:

- Áreas com maior densidade populacional animal;
- Famílias incluídas em programas sociais, tais como bolsa família;
- Áreas de maior incidência de agressões por animais;
- Áreas de maior incidência de zoonoses;
- Animais que estão sobre a guarda das ONG's parceiras do programa;
- Animais que estiverem sob a guarda de protetores independentes;
- Animais errantes que possuam tutores na comunidade;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

- Tutores que possuam maior quantidade de animais;
- Tutores residentes em áreas de interesse social.

7.9.5. Após o **processo de triagem**, a Gerência de Bem-Estar Animal entrará em contato com o proprietário cadastrado e agendará um momento para que o tutor participe da palestra com abordagem educativa, que contará com momento para orientações quanto ao processo de esterilização apresentado por Médico Veterinário.

Na palestra será obrigatório a apresentação das seguintes documentações:

- Cópia de comprovante de residência fixa do proprietário no Município;
- Cartão de vacinação antirrábica atualizada;
- Cópia de Documento Oficial com Foto e CPF;
- Idade mínima de 18 anos;
- Inscrição no CadÚnico, comprovante de renda ou comprovante de residência em área de interesse social, conforme o caso;

Sendo habilitado, o tutor deverá assinar o Termo de Responsabilidade, autorizando a realização dos procedimentos e se responsabilizando pelo animal.

7.9.5. Após a verificação das informações, da habilitação e da assinatura do Termo, será entregue ao tutor do animal uma Guia de Autorização para realização do procedimento cirúrgico, com assinatura e carimbo do responsável pelo **“Programa Vitória da Castração Animal”**, com informações sobre as clínicas / hospital veterinário credenciados e horários para agendamento da realização do procedimento.

## **7.10. Do Processo de esterilização**

7.10.1.2. Os animais cadastrados e identificados no programa de controle populacional serão encaminhados logo após a **triagem** feita por médico-veterinário para o processo de esterilização cirúrgica de ovariocistectomia ou orquiectomia. Sendo assim, o proprietário ou tutor do animal, no momento da assinatura do Termo de Responsabilidade responderá um questionário contendo as informações sobre o estado de saúde do animal, bem como deverá informar os dados para inclusão no sistema de **registro do chip permanente**.

7.10.1.3. O médico veterinário da empresa contratada será responsável pela avaliação clínica nos termos do tópico **4.2.4. e 4.2.4.1**, para avaliação se o mesmo está apto ou não à realização do procedimento cirúrgico. Caso os animais não estejam em boas condições de saúde, os mesmos **não estarão aptos** à cirurgia, devendo o tutor procurar uma clínica / hospital veterinário para tratamento do mesmo, retornando para lista de espera, **aguardando nova marcação da cirurgia**.

7.10.1.4. As instruções de pré-operatórios serão realizadas no momento da abordagem educativa junto ao tutor, no momento da apresentação dos documentos.

7.10.1.5. Devendo os animais estar em jejum alimentar de 8 (oito) horas e hídrico de 4 (quatro) horas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

7.10.1.6. Após avaliação clínica, os animais serão preparados para o procedimento cirúrgico, devendo ser realizada a tricotomia, antissepsia, medicação pré-anestésica (MPA). Ato contínuo, será realizada a indução e manutenção da anestesia geral, a critério do Médico-veterinário e respeitando as técnicas anestésicas confiáveis e seguras. Na sequência, será realizado o procedimento cirúrgico.

7.10.1.7. Os animais deverão passar por recuperação anestésica e cirúrgica na clínica / hospital veterinário e, só então, poderão ser liberados, após retornarem à consciência, a critério do Médico-veterinário. No pós-operatório, todos os animais deverão receber medicação analgésica, anti-inflamatório e antibioticoterapia sistêmica, a critério do Médico-veterinário.

7.10.1.8. Em seguida, o tutor deve seguir as orientações de pós-operatório passadas pelo responsável pela cirurgia, a fim de evitar complicações e que o animal retire os pontos e comprometa a cirurgia. Nesse sentido, o tutor deverá fornecer tecido (cotton) suficiente para confecção de roupa cirúrgica, a ser confeccionada pela clínica /hospital veterinário.

### **7.11. Da Responsabilidade do Munícipe/Tutor para Acesso ao Programa**

7.13.1. No dia do procedimento, o tutor deverá entregar a guia de apresentação e realizar o preenchimento do Termo de Responsabilidade, com a autorização para realização do procedimento cirúrgico na clínica/hospital veterinário. O responsável pela assinatura do referido Termo deverá ter idade mínima de 18 anos.

### **7.13.2. Para os animais domiciliados cadastrados por munícipes**

7.13.2.2. É de responsabilidade do munícipe realizar o cadastro dos animais que estão sob sua guarda que serão submetidos ao procedimento cirúrgico de castração, sendo obrigatória a apresentação de comprovação de residência em Vitória, assim como a responsabilidade de levar e buscar o animal até o local onde serão realizados os procedimentos cirúrgicos.

7.13.2.3. Em caso de impossibilidade de recursos para que o tutor se apresente no local onde será realizado o procedimento cirúrgico, o munícipe/tutor responsável, deverá informar à Gerência de Bem-Estar Animal da impossibilidade para avaliação da situação e verificação da possibilidade de novo agendamento ou de transporte, de acordo com a disponibilidade, desde que haja essa informação com pelo menos 48 horas de antecedência.

7.13.2.4. É de responsabilidade do munícipe levar roupa cirúrgica para serem colocadas nas fêmeas submetidas ao procedimento cirúrgico ou tecido em malha para confecção da roupa cirúrgica artesanal.

### **7.11.3. Para os animais semi-domiciliados ou não domiciliados:**

7.11.3.1. É de responsabilidade das ONG's e dos Protetores Independentes, realizar o cadastro dos animais semi-domiciliados e não domiciliados, levando em consideração que estes animais deverão receber os cuidados pré e pós-operatórios assim como os demais animais. É



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

também de responsabilidade da ONG ou Protetor Independente levar e buscar o animal até o local onde serão realizados os procedimentos cirúrgicos.

7.11.3.2. Os animais semi-domiciliados ou não domiciliados contemplados pelo **“Programa Vitória da Castração Animal”** deverão permanecer sob os cuidados do responsável pelo cadastro até a retirada dos pontos do procedimento cirúrgico realizado, ou no mínimo de sete (07) dias, podendo ter outro prazo estabelecido pelo Responsável Técnico pelos procedimentos.

7.11.3.3. É de responsabilidade das ONGs e dos Protetores Independentes que seja o responsável pelo cadastro do animal, levar roupa cirúrgica para serem colocadas nas fêmeas submetidas ao procedimento cirúrgico ou tecido em malha para confecção da roupa cirúrgica artesanal.

#### **7.11.4. Para Animais sob tutela da Prefeitura Municipal de Vitória**

7.11.4.1. O Centro de Vigilância Ambiental em Saúde será responsável em realizar as castrações dos animais que se encontram alojados em seu canil/gatil, bem como dos animais que se enquadrem dentro das especificidades de animais que apresentem riscos à saúde humana.

### **8. DOS REQUISITOS NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO**

#### **8.1. Equipe e equipamentos**

8.1.1. Os procedimentos deverão ser realizados por equipe treinada, contendo um quantitativo mínimo de 1 (um) médico-veterinário e 1 (um) auxiliar, podendo este auxiliar ser um estagiário, desde que seja a equipe suficiente para proporcionar aos animais submetidos aos procedimentos cirúrgicos condições de segurança e bem-estar nos moldes da Resolução Nº 962/2010 do Conselho Federal de Medicina Veterinária. É recomendável que em caso de haver mais de 1 (uma) equipe, a cada 3 (três) equipes cirúrgicas, o estabelecimento tenha no mínimo 1 (um) volante e 1 (um) anestesista.

8.1.2. A Contratada deverá apresentar previamente à Contratante planilha contendo a especificação dos Responsáveis Técnicos, bem como de todo o corpo clínico e técnico, que atuará na execução dos procedimentos cirúrgicos, preferencialmente especificando a função de cada um dentro do programa de trabalho, sendo isto necessário para emissão da Ordem de Serviço.

8.1.3. Os equipamentos e materiais deverão ser utilizados em quantidade suficiente para atender a demanda em qualidade e quantidade adequadas à rotina, devendo cada instrumental ser trocado e devidamente esterilizado entre cada procedimento. Os materiais descartáveis e de uso individual, não poderão ser reutilizados tais como, luvas de procedimento, luvas cirúrgicas, agulhas, seringas, gazes, algodão, cateter, equipo, lâmina de bisturi, fio de sutura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

## 8.2. Da Estrutura Física

8.2.1. A CONTRATADA deverá possuir como estrutura física mínima para atendimento dos serviços e/ou procedimentos os seguintes itens:

8.2.1.1. As dependências deverão possuir capacidade para atender a demanda conforme quantitativo especificado no contrato, considerando espaço suficiente de acordo com o porte e quantidade, inclusive com área reservada para os animais que necessitem de cuidados especiais, de modo que os animais contemplados com o **“Programa Vitória da Castração Animal”** não sofram maus tratos, sendo passível de verificação pelo fiscal do contrato.

8.2.1.2. O estabelecimento médico-veterinário com atendimento cirúrgico deverá estar registrado junto ao CRMV-ES e apresentar a estrutura física mínima necessária para atendimento clínico/cirúrgico dos animais, inclusive ambientes para pré, trans e pós-operatório, recepção dos responsáveis pelos animais, além de sanitários para uso da equipe e do público, em conformidade com as **Resoluções Nº 962/2010 e 1275/2019**, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

8.2.1.3. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição e fornecimento dos produtos de higiene dos ambientes de acordo com legislação específica.

8.2.1.4. Todos os cuidados necessários, procedimentos e tratamentos com os animais são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma prestar qualquer tipo de assistência pós-operatória, caso haja quaisquer intercorrências derivadas dos procedimentos realizados.

8.2.1.5. Toda a estrutura física da CONTRATADA será inspecionada pelos gestores e fiscais da CONTRATANTE antes do início das atividades.

8.2.1.6. Caso seja detectado pela fiscalização do contrato algum setor ou instalação em não conformidade para atendimento dos serviços, a contratada será notificada e terá o prazo de no máximo 15 dias para adequação e apresentação novamente da estrutura.

8.2.1.7. A CONTRATADA deve contar em suas instalações com os seguintes ambientes, todos em conformidade e equipamentos adequados às determinações das **Resoluções Nº 962/2010 e Nº 1275/2019**:

a) Consultório: local onde os animais serão atendidos, realizados o exame físico, exame laboratoriais pré-operatórios, identificação através do microchip, além dos procedimentos básicos veterinários.

b) Internação simples: local apropriado para manutenção de animais doentes, que necessitam de acompanhamento veterinário e tratamento medicamentoso intensivo, não portador de doenças infectocontagiosas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

- c) Sala de preparo cirúrgico e recuperação anestésica: local onde os animais são preparados pela equipe técnica para o procedimento cirúrgico e a recuperação anestésica de acordo com o porte dos animais que serão atendidos.
- d) Centro cirúrgico: local onde serão realizados os procedimentos cirúrgicos de esterilização cirúrgica dos animais. Deverão conter os equipamentos necessários e exigidos de acordo com a legislação, todos em perfeitas condições de uso.
- e) Sala recuperação anestésica: local onde os animais irão se recuperar da anestesia, que deverá apresentar condições de abrigar felinos e caninos em boas condições de higiene e sanitária. Obrigatoriamente dispondo de:
  - i) Provisão de oxigênio;
  - ii) Sistema de aquecimento para o paciente;
  - iii) Ambiente de antissepsia e paramentação imediatamente adjacente à sala de cirurgia, com pia e dispositivo dispensador de detergente e torneiras acionáveis por foto sensor, ou através do cotovelo, joelho ou pé.
- f) Sala de lavagem e esterilização de materiais contendo equipamentos para lavagem, secagem e esterilização de materiais por autoclavagem, com as devidas barreiras físicas;
- g) Dispor do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS; O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (**PGRSS**) é um documento técnico que estabelece ações de manejo dos resíduos provenientes de todos os serviços relacionados ao atendimento à saúde humana e animal, inclusive assistência domiciliar e trabalhos de campo, laboratórios, necrotérios, funerárias, serviços de medicina legal, drogarias e farmácias, estabelecimentos de ensino e pesquisa, centro de zoonoses, entre outros.

### **8.3. Dos Materiais e Medicamentos**

8.3.1. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição e fornecimento, de todos os materiais, medicamentos e equipamentos necessários para o tratamento, cirurgias e internação dos animais durante a execução dos procedimentos cirúrgicos.

8.3.2. O armazenamento de medicamentos somente poderá ser feito em geladeiras ou unidades de refrigeração exclusivas, contendo termômetro de máxima e mínima, com registro diário de temperatura.

8.3.3. Os medicamentos controlados, de uso humano ou veterinário, devem estar armazenados em armários providos de fechadura, sob controle e registro do médico-veterinário responsável técnico.

8.3.4. É obrigação da CONTRATADA garantir a qualidade e disponibilidade dos equipamentos, materiais, insumos e medicamentos de acordo com a complexidade do serviço e necessários ao atendimento da demanda e que sejam utilizados exclusivamente para os fins a que se destinam.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

## **9. DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

9.1. Os interessados deverão apresentar os documentos para sua habilitação especificados a diante com validade vigente à data de sua apresentação, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega ou solicitação de documento” em substituição.

### **9.2. DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

9.2.1. Para Credenciamento do interessado, deverá ser apresentado o seguinte documento:

**I. REQUERIMENTO PARA O CREDENCIAMENTO**, no modelo do **ANEXO III**, com a capacidade de atendimento dos serviços. O quantitativo informado não gera obrigação para a Administração, visto que há a possibilidade de demais credenciados, com distribuição equitativa entre os interessados.

#### ***9.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA***

9.2.1.1. Para habilitação jurídica do interessado, deverão ser apresentados os seguintes documentos, quando couber:

**I. REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual, com o “Objeto Social” compatível com o objeto do credenciamento. A empresa que apresentar Registro Comercial com Objeto Social não semelhante ao objeto que ela própria participou, será considerada INABILITADA;

**II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO** ou alterações em vigor, com o “Objeto Social” compatível com o objeto do credenciamento, acompanhado do documento de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação e alterações em vigor com o Objeto Social não compatível com o objeto que ela própria participou, será considerada INABILITADA;

**III. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**IV. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício.

#### ***9.2.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA***

9.2.2.1. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do interessado, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

**II.** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

**III.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

**IV.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

**V.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**VI.** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

maio de 1943.

### ***9.2.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA***

9.2.3.1. Para Qualificação Técnica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**I. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Atestado(s) de fornecimento(s) emitido(s) por entidade(s) de direito público ou privado comprovando a aptidão para a execução de serviço(s) compatível(is) com o objeto desta licitação, devidamente assinado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do fornecimento. Considera-se compatível, a prestação de serviço de esterilização cirúrgica de cães e gatos (castração).

**II. CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA E DE SEUS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS** no Conselho Regional de Medicina Veterinária, expedida pelo referido Conselho da região da sede da licitante, ou outra entidade profissional competente, com a indicação do respectivo responsável técnico devidamente habilitado para o desempenho dos serviços licitados.

**III. ALVARÁ SANITÁRIO** (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante expedido pela Vigilância Sanitária Estadual, Distrito Federal ou Municipal, da sede da licitante.

### ***9.2.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA***

9.2.4.1. Para comprovação da boa situação financeira do interessado, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**I. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

a) As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar deste credenciamento desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.

b) O fato de o Requerente encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

## **10. DA VIGÊNCIA DO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**

10.1. O prazo de vigência do Termo de Adesão ao Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

## **11. DA RENOVAÇÃO ANUAL DO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**

11.1. A renovação do Termo de Adesão ao Credenciamento fica sujeita a apresentação de solicitação de renovação no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias do fim da vigência do Termo.

11.2. A renovação anual do Termo de Adesão ao Credenciamento dependerá de apresentação do respectivo requerimento, acompanhado de toda documentação exigida no processo de habilitação, conforme previsto neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

11.3. A ausência de apresentação do pedido de que trata o “caput” deste artigo no prazo nele estipulado será considerada renúncia tácita à renovação anual do Termo de Adesão ao Credenciamento e implicará a suspensão automática do credenciamento.

11.4. Caso o pedido de renovação seja instruído deficientemente, a empresa requerente será notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, apresentar a documentação faltante, inclusive no que se refere ao recolhimento da respectiva taxa, sob pena de arquivamento do pedido e a suspensão automática do credenciamento.

## **12. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

12.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do contrato pela **CONTRATADA** e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite de **60 (sessenta) meses**, devidamente autorizado formalmente pela autoridade competente, observado o disposto no **art. 57, inciso II da Lei 8.666/93**.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **13.1. DA CONTRATADA**

**13.1.1.** Executar o serviço objeto do presente Termo de Referência, cumprindo a legislação específica, conforme **Resoluções Nº 962/2010 e Nº 1275/2019**, ambas do Conselho Federal de Medicina Veterinária e o Código de Ética do Médico Veterinário.

**13.1.2.** Utilizar na execução do serviço contratado pessoal que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos:

**13.1.2.1** – Qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.

**13.1.2.2** – Não transferir a outrem, subcontratar, o serviço de esterilização cirúrgica de cães e gatos previstos no presente contrato, devendo, em relação aos demais serviços ter prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**, nos termos do art. 72 da Lei 8.666/93.

**13.1.2.3** – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina Art. 55º, inciso XIII da Lei. 8.666/93.

**13.1.2.4** – Manter os prazos ajustados no Edital, Contrato e firmados na proposta comercial.

**13.1.2.5** – Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado.

**13.1.2.6** – Prestar o serviço objeto deste Termo de Referência sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo está de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

**13.1.2.7** – Refazer/Repor, no prazo determinado pela unidade responsável pela fiscalização/recebimento, quaisquer serviços/produtos que estejam fora das especificações do objeto e não satisfaçam às condições exigidas.

**13.1.2.8** – Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais da prestação dos serviços.

**13.1.2.9** – Prestar os serviços com respeito aos animais, promovendo o bem-estar animal daqueles mantidos sob sua responsabilidade.

**13.1.3.** A CONTRATANTE deverá receber a CONTRATADA em sua unidade de atendimento, a qualquer momento, para inspeção dos procedimentos, instalações e condições clínicas.

**13.1.4.** A CONTRATADA deverá apresentar relatórios mensais, descritivos e fotográficos, ao gestor do Contrato, contendo as informações dos serviços executados, bem como planilha atualizada dos serviços prestados.

**13.1.5.** Realizar cadastro dos animais e manter a disposição da Contratante, com histórico médico destes relacionados aos procedimentos executados, bem como dados da identificação por microchipagem, considerando que a partir do momento que o animal estiver sob a guarda do tutor, o mesmo deve se responsabilizar pela atualização dos dados, quais sejam, a carteira de vacinação e vermifugação, registro das consultas, laudos veterinários, resultado de exames e demais documentos necessários.

**13.1.6.** Providenciar a entrega da Comprovação de execução do serviço e documentação pertinente ao microchip aos tutores dos animais com a devida comprovação de entrega mediante Termo de responsabilidade.

**13.1.7.** A CONTRATADA deverá proceder as adequações necessárias dos serviços prestados.

**13.1.8.** A CONTRATANTE deverá comunicar por escrito à CONTRATANTE quaisquer irregularidades observadas na execução do contrato.

**13.1.9.** Responsabilizar-se, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, plano de saúde, adicional de periculosidade e noturno (se for o caso), uniformes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

**13.1.10.** Responsabilizar-se por quaisquer ocorrências que venham a acontecer com os animais durante o procedimento.

**13.1.11.** Responsabilizar-se por quaisquer ocorrências que venham a acontecer com a equipe de trabalho durante a execução dos serviços contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

**13.2. DA CONTRATANTE**

**13.2.1.** Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução do contrato;

**13.2.2.** Solicitar os serviços sempre com prévia antecedência à sua utilização, visando a não paralisação dos serviços;

**13.2.3.** Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, na prestação dos serviços, fixando-lhes prazo para correção de tais irregularidades., estabelecendo o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas** para regularização das mesmas.

**13.2.4.** Exercer a fiscalização dos serviços por servidores designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**13.2.5.** Indicar formalmente, o gestor e fiscal para acompanhamento da execução do Contrato.

**13.2.6.** Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente executados na forma estabelecida no Contrato.

**13.2.7.** Manter seus dados atualizados perante a Contratada, arrolando responsáveis, contatos, autoridades a serem acionadas e demais informações necessárias à execução do Contrato.

**13.2.8.** Requisitar a documentação necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação e do cumprimento de obrigações contratuais, trabalhistas e previdenciárias, ou para instruir a repactuação ou reajustes de preços.

**13.2.9.** Exigir o rigoroso cumprimento das disposições contratuais e aplicar as penalidades cominadas.

**13.2.10.** Exercer a fiscalização dos serviços por responsável técnico especialmente designado e emitir relatório mensal para o controle e avaliação da qualidade dos serviços contratados e descritos neste Termo de Referência.

**13.2.11.** Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à natureza dos serviços a executar.

**13.2.12.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e reajuste do mesmo.

**13.2.13.** Não permitir que a mão de obra contratada execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no Contrato.

**13.2.14.** Comunicar imediatamente à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços Contratados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

**13.2.15.** Atestar os serviços efetivamente prestados de acordo com as cláusulas constantes no Contrato do qual este faz parte integrante.

## **14. DO REAJUSTAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

14.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data da assinatura do Termo de Adesão ao Credenciamento, de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei 10.192/2001, com base no índice IPCA-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

14.2. Fica garantido o equilíbrio econômico-financeiro na forma do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93.

## **15. DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS**

**15.1. A CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais durante sua vigência, Acréscimos ou Supressões que se fizerem necessárias no limite de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato nos termos do § 1º do artigo da Lei 8.666/93.

## **16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Pela inexecução total ou parcial da execução dos serviços ou qualquer inadimplência contratual, a Administração Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções:

### **I. Advertência:**

- a) Desistência do Credenciamento antes da assinatura do Termo de Adesão ao Credenciamento;
- b) Recusa injustificada de atendimento às convocações realizadas pela Credenciante, para realização de vistoria e/ou participação em reuniões, desde que previamente justificada (compreendendo o período mínimo de 36 (trinta e seis) horas anteriores ao horário programado para o evento).

**II. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória** e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 87, inciso III da Lei 8.666/1993 pelos seguintes motivos:

- a) Não assinar/receber o Contrato/Ordem de Serviços, injustificadamente (inexecução total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação;
- b) Apresentar documentação falsa: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;
- c) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias e até 60 (sessenta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 60 (sessenta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

e) Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

**III. Multas nos seguintes casos e percentuais:**

**a) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviços (OS) em até 5 (cinco) dias: 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total da parcela executada com atraso;

**b) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviços (OS) superior a 5 (cinco) dias: 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total da parcela executada com atraso;

**c) Multa Compensatória:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviços (OS) superior a 15 (quinze) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela executada com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

**d) Multa Compensatória:** Por executar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Ordem de Serviços: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela executada em desconformidade, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

**e) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do Credenciado em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviços, e/ou solicitar cancelamento do Credenciamento antes da emissão da Ordem de Serviços, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato, com possibilidade de rescisão contratual;

**f) Multa Compensatória:** Por inexecução total injustificada da Ordem de Serviços (OS). Caracterizada pela verificação da não execução dos serviços após 30 (trinta) dias: 10% (um por cento), sobre o valor do Contrato, com possibilidade de rescisão contratual;

**g) Multa Compensatória:** Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento da obrigação assumida impossibilitando a contratação: 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato, com possibilidade de rescisão contratual.

**IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Credenciado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

**a)** Fraude na execução do contrato;

**b)** Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

16.2. Eventuais multas previstas, quando aplicadas, poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

16.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e multa poderão ser aplicadas de forma conjunta, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.4. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e advertência são de competência do Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção, da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.5. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

16.6. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

## **17 . DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**17.1.** O controle dos serviços prestados realizados ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo a **gestão exercida pela servidora Katiuscia Pinto Rodrigues Oliveira, matrícula 629343, e a Fiscalização do Contrato pela servidora Jéssica Martins Nunes Silveira, matrícula 628846** ou outro servidor designado formalmente pelo Secretário da pasta, nos termos do art. 67 da Lei federal 8.666/1993

**17.2. O Gestor/Fiscal do Contrato** deverá notificar a CONTRATADA por escrito, quando necessário, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução do Contrato.

**17.3.** O Gestor deverá receber os serviços devidamente ATESTADOS pela fiscalização do contrato para demais providências quanto ao pagamento da CONTRATADA.

## **18. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**18.1.** As despesas para a presente contratação correrão à conta da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMAM, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0018-74, com sede à Rua Vitório Nunes da Motta, nº 220, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-915.

<b>Exercício Órgão</b>	<b>2021</b>
<b>Unidade Gestora</b>	<b>Prefeitura Municipal de Vitória</b>
<b>Dotação</b>	<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>22.01.18.542.0024.2301</b>
<b>Fonte de Recursos</b>	<b>3.3.90.39.99</b>
	<b>1.001.0000.0000</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

## **19. DA GARANTIA**

19.1. Os serviços de Esterilização Permanente de Cães e Gatos que serão executados pela CONTRATADA deverão receber da mesma a garantia no tocante aos cuidados com a saúde do animal, no caso ocorrer quaisquer intercorrências durante ou proveniente de possível má execução dos procedimentos realizados.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. O pagamento será realizado em até trinta (30) dias, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do Contratante, através de conta corrente da Contratada, no Banco por ela indicado, contados da data de execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria, ou da comprovação da prestação dos serviços.

## **21. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

21.1. A CONTRATADA deverá sempre trabalhar e prestar os serviços contratados cumprindo sempre à legislação vigente, em todos os âmbitos, inclusive de acordo com as normativas do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo (CRMV-ES) e o Código de Ética do Médico Veterinário.

21.2. A CONTRATADA deverá sempre trabalhar e prestar os serviços respeitando os animais e promovendo o Bem-estar animal daqueles confinados e mantidos sob sua responsabilidade.

21.3. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição de todos os materiais necessários sejam estes medicamentos, materiais de limpeza e higiene animal.

21.4. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição dos microchips, leitora e sistema para identificação animal.

21.5. A CONTRATADA será a responsável pela criação de um banco de dados, com histórico, laudos, fotos, toda a documentação pertinente de cada animal que ingressar ao programa, e deverá disponibilizar a contratante sempre que solicitado.

21.6. A CONTRATADA deverá receber à fiscalização sempre que for acionada, para inspeção dos procedimentos, instalações e condições clínicas (saúde) dos animais.

21.7. A CONTRATADA deverá atender visitas de entidades de proteção animal, ONG's e protetores independentes, somente com autorização da contratante.

21.8. A CONTRATANTE deverá sempre solicitar a remoção e/ou transporte dos animais que ingressarem no programa, que deverá ser acompanhado de um termo de remoção emitido pela CONTRATADA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

21.9. A CONTRATANTE reserva o direito de solicitar a documentação dos animais à CONTRATADA, a qualquer momento, ficha de cadastro, carteira de vacinação, laudos, resultados de exames e demais documentos para que seja entregue uma cópia ao seu novo tutor em caso de adoção.

21.10. A CONTRATANTE reserva o direito de realizar diligências sempre que necessário ou apurado qualquer procedimento em não conformidade.

Vitória, 29 de julho de 2021.

**KATIUSCIA PINTO RODRIGUES OLIVEIRA**

Gerente de Bem-Estar Animal  
SEMMAM/GBEA

**BRENO PANETTO MORAIS**

Subsecretário de Qualidade Ambiental e Bem-Estar Animal  
SEMMAM/SUB-QABEA

**TARCÍSIO JOSÉ FOEGHER**

Secretário de Meio Ambiente  
SEMMAM/GAB



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

**ANEXO I – QUANTITATIVO TOTAL ESTIMADO**

1. O quantitativo da tabela abaixo é o estimado para o Credenciamento pelo período de 12 (doze) meses, e, conforme a demanda deste Município, poderá ser inferior ou superior ao previsto abaixo.
2. Por se tratar de um quantitativo estimado, o Município não terá obrigado de utilização deste total, como poderá aumentar a demanda, sendo aberto novo prazo para alocar o quantitativo além do previsto, pelos interessados no Credenciamento, não ficando restrito às empresas já credenciadas anteriormente.

PLANILHA QUANTITATIVA			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE DO CONTRATO	UNIDADE DE MEDIDA
01	Aplicação de Microchip e registro do animal	3.000	UND
02	Exame pré-operatórios: Perfil simples canino (Hemograma, ALT, AST, Creatinina, Uréia e FA) para habilitação cirúrgica**	2.000	UND
03	Exame pré-operatórios: Perfil simples felino (Hemograma, ALT, AST, Creatinina, Uréia e FA) para habilitação cirúrgica**	1.300	UND
04	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie felina)	700	UND
05	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie canina até 15kg)	850	UND
06	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie canina acima de 15kg)	150	UND
07	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie felina)	500	UND
08	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie canina até 15kg)	700	UND
09	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie canina acima de 15kg)	100	UND
10	Medicação pós-cirúrgica	3.000	UND
<b>Total de 3.000 procedimentos de castração, microchipagem e registro.</b>			

\* Em todos os procedimentos listados acima devem ser considerados valores já contemplando todos os insumos necessários para execução dos serviços, tais quais, luvas, seringas, agulhas, aventais, anestésicos, etc.

\*\* Foi considerado um quantitativo de 10% a mais de exames pré-operatórios, visto que nem todos os animais submetidos aos exames terão condições clínicas de participarem dos procedimentos cirúrgicos, desta forma é necessário



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

**ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO DO CREDENCIAMENTO**

**CREDENCIAMENTO Nº XXX/202X**  
**À**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A pessoa jurídica abaixo nominada requer a Vossa Senhoria o credenciamento/renovação do credenciamento, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MICROCHIPAGEM, CADASTRO E ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA DE CÃES E GATOS, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PRÉOPERATÓRIOS, MEDICAMENTOS E MATERIAIS UTILIZADOS DURANTE OS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, BEM COMO A MEDICAÇÃO PRÉ, TRANS E PÓS-CIRÚRGICA A SER ENTREGUE AOS TUTORES DOS ANIMAIS CONTEMPLADOS PELO “PROGRAMA VITÓRIA DA CASTRAÇÃO ANIMAL”, QUE TEM POR OBJETIVO ATENDER AOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA – ES.

Nome da pessoa jurídica: XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX

Município:

CNPJ:

Telefone (s):

E-mail:

**I. DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO**

A empresa interessada deverá preencher o quantitativo de acordo com sua capacidade. Porém, este quantitativo informado, poderá ser ajustado, conforme a quantidade de empresas interessadas no Credenciamento, e suas respectivas quantidades.

PLANILHA QUANTITATIVA			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE DO CONTRATO	UNIDADE DE MEDIDA
01	Aplicação de Microchip e registro do animal		UND
02	Exame pré-operatórios: Perfil simples canino (Hemograma, ALT, AST, Creatinina, Uréia e FA) para habilitação cirúrgica**		UND
03	Exame pré-operatórios: Perfil simples felino (Hemograma, ALT, AST, Creatinina, Uréia e FA) para habilitação cirúrgica**		UND
04	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie felina)		UND
05	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie canina até 15kg)		UND
06	Procedimento de ovário-histerectomia* (castração de fêmea – Espécie canina acima de 15kg)		UND
07	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie felina)		UND
08	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie canina até 15kg)		UND



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

09	Procedimento de orquiectomia* (castração de macho – Espécie canina acima de 15kg)		UND
10	Medicação pós-cirúrgica		UND
<b>Total de <span style="color: red;">XXX</span> procedimentos de castração, microchipagem e registro.</b>			

Declaro que as informações acima são verdadeiras e que estou de acordo com as condições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Vitória. Para tanto faço anexar os documentos exigidos, nos termos do Edital de Credenciamento pertinente.

Nestes termos, pede deferimento.

Vitória/ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do requerente





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

**ANEXO III - TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO Nº XXX/XXXX**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXXXX/20XX**  
**CREDENCIAMENTO n.º XXX/2021**

**TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO n.º XXX/2021**, que celebram entre si o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA** por intermédio da **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE** e ao credenciado **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA** por intermédio da **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SEMMAM)**, órgão de direito público interno inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0017-93 com sede nesta capital à Av. Vitória Nunes da Motta, n.º 220, Bairro Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-915, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. XXXXXXXX, ao final assinado, doravante designado SEMMAM e o Credenciado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/CNPJ sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, representado por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, ao final assinado doravante designado CREDENCIADO, tem entre si justo e acordado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto deste instrumento o **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MICROCHIPAGEM, CADASTRO E ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA DE CÃES E GATOS, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PRÉOPERATÓRIOS, MEDICAMENTOS E MATERIAIS UTILIZADOS DURANTE OS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, BEM COMO A MEDICAÇÃO PRÉ, TRANS E PÓS-CIRÚRGICA A SER ENTREGUE AOS TUTORES DOS ANIMAIS CONTEMPLADOS PELO “PROGRAMA VITÓRIA DA CASTRAÇÃO ANIMAL”, QUE TEM POR OBJETIVO ATENDER AOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA –ES**, através do Regulamento constante do Edital de Credenciamento nº XXX/2021 e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Adesão ao Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO**

**3.1.** O presente Termo de Adesão ao Credenciamento rege-se pelas normas previstas no Edital de Credenciamento nº xxx/2021 e seus anexos, e demais normas de legislações aplicáveis à matéria em vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**4.1.** O CREDENCIADO assume todos os direitos, deveres e obrigações, declarando-se de pleno acordo com as normas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº. xxx/2021 e seus anexos, obrigando-se o signatário em todos os seus termos, sob pena de aplicação das sanções referidas no Edital de Credenciamento.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

**5.1.** Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória, ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma (assinatura física) e, no caso de utilização de assinatura digital qualificada, será em somente 01 (uma) via, para que surta um só efeito e a data do termo deverá ser considerada a data da última assinatura.

Vitória, XX de XXXX de 20XX.

**SECRETÁRIO DE XXXXXXXX**  
**CREDENCIANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CREDENCIADO**

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL  
GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL

ANEXO IV - **MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**Contrato de Prestação de Serviços nº XXX/XXXX**  
**Processo Administrativo nº XXXXXXXX/XXXX**  
**Credenciamento nº XXX/XXXX**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE  
VITÓRIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da **XXXXXXXXXX**, órgão de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXX**, com sede à Av. XXXXXXXXXXXXXXXX, nesta Capital, representada legalmente pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**, adiante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida à Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo por seu representante legal, o Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXX** doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, e do **Credenciamento nº XXX/XXXX**, oriundo do Processo Administrativo nº **XXXXXXXX/XXXX**, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente instrumento a **PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** conforme descrição, quantidade e preços relacionados no Anexo I.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob o regime de empreitada por **preço unitário**, nos termos do **art. 10, II, "b"** da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** O início da execução dos **SERVIÇOS** deverá ocorrer em até **[DEFINIR PRAZO – REQUISITANTE]** dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço (OS).

**3.2.** Os serviços ocorrerão nas dependências do Credenciado, devendo este dispor de local adequado para a prestação dos serviços no Município de Vitória ou em seus limítrofes, quais sejam: Vila Velha, Serra ou Cariacica.

**3.2.1.** No caso de a empresa não possuir, no momento da apresentação da documentação de habilitação, o local da prestação de serviços situado nos referidos Municípios, a proponente deverá providenciar a estrutura física, em um prazo de **[DEFINIR PRAZO – REQUISITANTE]** dias consecutivos, a contar da data de assinatura do Termo de Adesão ao Credenciamento, apresentando o Alvará de Vigilância Sanitária do local e demais documentos exigidos neste Edital.

**3.3.** O prazo de recebimento das solicitações dos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas contadas da convocação.

**3.4.** A prestação do serviço deverá ser iniciada no dia útil subsequente ao recebimento da solicitação dos serviços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

3.5. Independentemente do número de castrações contidas na solicitação de serviço, o prazo para a realização do serviço pela empresa credenciada será de até **[DEFINIR PRAZO – REQUISITANTE]** dias úteis.

3.6. A cirurgia de castração deverá ser realizada em período não superior a **[DEFINIR PRAZO EM HORAS – REQUISITANTE]** após a internação, devolvendo o animal ao tutor/guardião em perfeitas condições de saúde.

3.7. A execução do(s) serviço(s) deverá(ão) ocorrer nas dependências da contratada.

3.8. Os serviços serão executados conforme especificações do Anexo I deste Contrato.

3.9. A Contratada deverá atentar para o cumprimento do prazo, sob pena de aplicação de penalidade em caso de atraso injustificado.

3.10. A Contratada deverá garantir a qualidade do objeto, devendo, ainda, quando solicitado, substituir prontamente o que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis.

3.11. A aceitação provisória do objeto será condicionada aos seguintes procedimentos:

**I.** O responsável pelo recebimento observará/verificará os dados da nota fiscal, quantidade, números de série (se houver), número de Grupo/Item, marca e modelo (se houver), etiquetas do fabricante, condições de manuseio e armazenamento, condições de integridade das embalagens, tomando demais procedimentos julgados necessários.

**II.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções mesmo que no recebimento provisório.

3.12. A aceitação definitiva obedecerá ao seguinte:

**I.** Em caso de equipamentos, somente serão avaliados depois de montados para que se possa analisar os requisitos exigidos.

**II.** A equipe responsável pelo ateste definitivo poderá submeter todos os itens ou parte do objeto a testes para averiguação de conformidade visando atestar todas as características técnicas exigidas na licitação, emitindo o RECEBIMENTO DEFINITIVO no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

**III.** Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o objeto poderá ser recusado de pronto, mediante Termo de Recusa, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita à Contratada.

**IV.** Se após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o pactuado, ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo de cinco (05) dias.

3.13. A Contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho ou contrato, atentando para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

3.14. A eventual reprovação não implicará em alteração nos prazos, nem eximirá a Contratada das aplicações das sanções pertinentes.

3.15. A Prefeitura de Vitória não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados aos bens rejeitados, sendo que os custos de sua substituição correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR GLOBAL**

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

4.2. No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transportes, taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados à prestação dos serviços, bem como garantia, quando for o caso.

4.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data da apresentação da proposta **conforme Cláusula Décima Terceira (reajustamento)**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. O prazo de vigência do futuro Contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, sendo que a execução do serviço iniciar-se-á no prazo máximo de **20 (vinte) dias consecutivos**, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviços (OS).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

5.2. A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

5.3. A **CONTRATADA** será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas deste **Contrato**.

5.4. A Administração poderá prorrogar o prazo para assinatura do contrato, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

5.5. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ela não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da **Dotação Orçamentária** [L/TR - dotação orçamentária] - Elemento de Despesa: [L/TR - elemento de despesa]. - Fonte do Recurso [L/TR - fonte do recurso].

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS**

7.1. A Contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, nos termos do art. 65, § 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

7.2. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pela **Coordenação de Contratos, da Gerência da Central de Licitações, Compras e Contratos, da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, do Município de Vitória**.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. A **gestão** do contrato será realizada pelo(a) servidor(a) [L/TR - Servidor designado para fiscalização], telefone [L/TR - Telefone da fiscalização], e a **fiscalização** será realizada pelo(a) servidor(a) [L/TR - Servidor designado para fiscalização], telefone [L/TR - Telefone da fiscalização], ou por outro servidor designado pelo Secretário da Pasta, nos termos do Art. 67, da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar a o recebimento dos materiais.

8.2. O responsável pela fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste **Contrato**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO E SUSTAÇÃO**

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do Contratante, através de conta corrente da **Contratada**, no Banco por **ela** indicado, contados da data de execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria, ou da comprovação da prestação dos serviços.

9.2. A(S) **NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO CONTRATANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEN DE SERVIÇO.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

- 9.3. A atestação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.
- 9.4. Na emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, a **Contratada** deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Ordem de Serviço; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.
- 9.5. Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) à **Contratada** para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).
- 9.6. Os pagamentos poderão ser suspensos pela Contratante nos seguintes casos:
- I.** Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o **Contratante**;
  - II.** Inadimplência de obrigações assumidas **pela Contratada** para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste **Contrato**;
  - III.** Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).
- 9.7. Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em originais ou devidamente autenticados:
- I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
  - II.** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
  - III.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
  - IV.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
  - V.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
  - VI.** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
  - VII.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>);
- 9.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.
- 9.9. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.
- 9.10. O **Contratante** poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas **pela Contratada** em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas.
- 9.11. Deverão ser observadas as disposições do Acórdão PGM nº 006/2006:
- I.** As Notas Fiscais/Faturas deverão estar acompanhadas das comprovações do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual e nominalmente identificados, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
  - II.** As Notas Fiscais/Faturas deverão estar acompanhadas das comprovações do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
  - III.** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão no pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
  - IV.** O Município poderá realizar a retenção e o depósito do FGTS dos trabalhadores, ficando autorizados expressamente tal retenção e depósito, no caso de não comprovação do pagamento por parte do Contratado.
  - V.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.
  - VI.** Será retido na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto deste Contrato, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04, publicada no DOU de 29/12/04, e suas alterações, ou outra que a vier substituir.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

**VII.** Não haverá a retenção prevista no item anterior na hipótese de a CONTRATADA ser optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ou se enquadre na previsão contida no § 4º do art. 16 da mesma Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**10.1. DA CONTRATADA**

10.1.1. Executar o serviço objeto do presente Termo de Referência, cumprindo a legislação específica, conforme Resoluções Nº 962/2010 e Nº 1275/2019, ambas do Conselho Federal de Medicina Veterinária e o Código de Ética do Médico Veterinário.

10.1.2. Utilizar na execução do serviço contratado pessoal que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos:

10.1.2.1. Qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.

10.1.2.2. Não transferir a outrem, subcontratar, o serviço de esterilização cirúrgica de cães e gatos previstos no presente contrato, devendo, em relação aos demais serviços ter prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, nos termos do art. 72 da Lei 8.666/93.

10.1.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina Art. 55º, inciso XIII da Lei. 8.666/93.

10.1.2.4. Manter os prazos ajustados no Edital, Contrato e firmados na proposta comercial.

10.1.2.5. Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado.

10.1.2.6. Prestar o serviço objeto deste Termo de Referência sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo está de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

10.1.2.7. Refazer/Repor, no prazo determinado pela unidade responsável pela fiscalização/recebimento, quaisquer serviços/produtos que estejam fora das especificações do objeto e não satisfaçam às condições exigidas.

10.1.2.8. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais da prestação dos serviços.

10.1.2.9. Prestar os serviços com respeito aos animais, promovendo o bem-estar animal daqueles mantidos sob sua responsabilidade.

10.1.3. A CONTRATANTE deverá receber a CONTRATADA em sua unidade de atendimento, a qualquer momento, para inspeção dos procedimentos, instalações e condições clínicas.

10.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar relatórios mensais, descritivos e fotográficos, ao gestor do Contrato, contendo as informações dos serviços executados, bem como planilha atualizada dos serviços prestados.

10.1.5. Realizar cadastro dos animais e manter a disposição da Contratante, com histórico médico destes relacionados aos procedimentos executados, bem como dados da identificação por microchipagem, considerando que a partir do momento que o animal estiver sob a guarda do tutor, o mesmo deve se responsabilizar pela atualização dos dados, quais sejam, a carteira de vacinação e vermifugação, registro das consultas, laudos veterinários, resultado de exames e demais documentos necessários.

10.1.6. Providenciar a entrega da Comprovação de execução do serviço e documentação pertinente ao microchip aos tutores dos animais com a devida comprovação de entrega mediante Termo de responsabilidade.

10.1.7. A CONTRATADA deverá proceder as adequações necessárias dos serviços prestados.

10.1.8. A CONTRATANTE deverá comunicar por escrito à CONTRATANTE quaisquer irregularidades observadas na execução do contrato.

10.1.9. Responsabilizar-se, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, plano de saúde, adicional de periculosidade e noturno (se for o caso), uniformes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

10.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer ocorrências que venham a acontecer com os animais durante o procedimento.

10.1.11. Responsabilizar-se por quaisquer ocorrências que venham a acontecer com a equipe de trabalho durante a execução dos serviços contratados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

**10.2. DA CONTRATANTE**

- 10.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução do contrato;
- 10.2.2. Solicitar os serviços sempre com prévia antecedência à sua utilização, visando a não paralisação dos serviços;
- 10.2.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, na prestação dos serviços, fixando-lhes prazo para correção de tais irregularidades., estabelecendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para regularização das mesmas.
- 10.2.4. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2.5. Indicar formalmente, o gestor e fiscal para acompanhamento da execução do Contrato.
- 10.2.6. Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente executados na forma estabelecida no Contrato.
- 10.2.7. Manter seus dados atualizados perante a Contratada, arrolando responsáveis, contatos, autoridades a serem acionadas e demais informações necessárias à execução do Contrato.
- 10.2.8. Requisitar a documentação necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação e do cumprimento de obrigações contratuais, trabalhistas e previdenciárias, ou para instruir a repactuação ou reajustes de preços.
- 10.2.9. Exigir o rigoroso cumprimento das disposições contratuais e aplicar as penalidades cominadas.
- 10.2.10. Exercer a fiscalização dos serviços por responsável técnico especialmente designado e emitir relatório mensal para o controle e avaliação da qualidade dos serviços contratados e descritos neste Termo de Referência.
- 10.2.11. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à natureza dos serviços a executar.
- 10.2.12. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e reajuste do mesmo.
- 10.2.13. Não permitir que a mão de obra contratada execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no Contrato.
- 10.2.14. Comunicar imediatamente à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços Contratados.
- 10.2.15. Atestar os serviços efetivamente prestados de acordo com as cláusulas constantes no Contrato do qual este faz parte integrante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pela inexecução total ou parcial da execução dos serviços ou qualquer inadimplência contratual, a Administração Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções:

**V. Advertência:**

- c) Desistência do Credenciamento antes da assinatura do Termo de Adesão ao Credenciamento;
- d) Recusa injustificada de atendimento às convocações realizadas pela Credenciante, para realização de vistoria e/ou participação em reuniões, desde que previamente justificada (compreendendo o período mínimo de 36 (trinta e seis) horas anteriores ao horário programado para o evento).

**VI. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória** e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 87, inciso III da Lei 8.666/1993 pelos seguintes motivos:

- a) Não assinar/receber o Contrato/Ordem de Serviços, injustificadamente (inexecução total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação;
- b) Apresentar documentação falsa: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;
- c) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias e até 60 (sessenta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 60 (sessenta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

e) Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

**VII. Multas nos seguintes casos e percentuais:**

**h) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviços (OS) em até 5 (cinco) dias: 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total da parcela executada com atraso;

**i) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviços (OS) superior a 5 (cinco) dias: 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total da parcela executada com atraso;

**j) Multa Compensatória:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviços (OS) superior a 15 (quinze) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela executada com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

**k) Multa Compensatória:** Por executar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Ordem de Serviços: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela executada em desconformidade, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

**l) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do Credenciado em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviços, e/ou solicitar cancelamento do Credenciamento antes da emissão da Ordem de Serviços, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato, com possibilidade de rescisão contratual;

**m) Multa Compensatória:** Por inexecução total injustificada da Ordem de Serviços (OS). Caracterizada pela verificação da não execução dos serviços após 30 (trinta) dias: 10% (um por cento), sobre o valor do Contrato, com possibilidade de rescisão contratual;

**n) Multa Compensatória:** Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento da obrigação assumida impossibilitando a contratação: 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato, com possibilidade de rescisão contratual.

**VIII. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Credenciado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

**c)** Fraude na execução do contrato;

**d)** Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

12.2. Eventuais multas previstas, quando aplicadas, poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

12.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e multa poderão ser aplicadas de forma conjunta, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.4. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e advertência são de competência do Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção, da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

12.6. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data da apresentação da proposta, de acordo com o § 1º do Art. 3º da Lei 10.192/2001, com base no índice IPCA-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

13.2. Fica garantido o equilíbrio econômico-financeiro na forma do Art. 65, Inciso II, Alínea "d", da Lei 8.666/93.

13.3. Deverão ser observadas as disposições contidas na Portaria Conjunta PGM/CGM nº 05/2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

14.1. Este contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

14.2. O CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada.

14.3. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos serviços executados e aprovados pelo órgão fiscalizador.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. As comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, por telegrama ou por fax, no endereço constante do Preâmbulo.

15.2. As comunicações feitas por fax deverão ser realizadas em remessas do original, dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória, ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma (assinatura física) e, no caso de utilização de assinatura digital qualificada, será em somente 01 (uma) via, para que surta um só efeito e a data do termo deverá ser considerada a data da última assinatura.

Vitória, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX**  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**SUBSECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL E BEM-ESTAR ANIMAL**  
**GERÊNCIA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

2) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_